

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL: AVALIAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM FAVELA NO RIO DE JANEIRO

Duarte, Cristiane Rose (1) & Brasileiro, Alice (2)

(1) Arquiteta, Mestre em Urbanismo e Doutor em Geografia; professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ)/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: cristiane@proarq.ufrj.br

(2) Arquiteta, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ)/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Federal do Rio de Janeiro- Cidade Universitária- CEP 21941-590 Rio de Janeiro, RJ. E-mail: brasileiro@novanet.com.br

1. RESUMO

Partindo de uma experiência de reestruturação urbana no âmbito do programa Favela-Bairro, este artigo comenta o processo de implantação do projeto, que terminou no abandono de suas premissas iniciais e no desvirtuamento dos conceitos que embasaram o ideário do próprio programa.

Incluída na primeira fase do programa Favela-Bairro, a favela Mata Machado recebeu projeto fundamentado no estudo da produção informal deste espaço e no restabelecimento da saúde ecológica do local, preservando as especificidades culturais e sociais da comunidade.

O artigo expõe os problemas ocorridos durante a fase de execução do projeto quando o difícil relacionamento entre setores dos governos estadual e municipal resultou em entraves à execução da obra. Finalmente, mostra-se como o projeto de recuperação urbana, ambiental e cultural elaborado para a favela Mata Machado foi reduzido a uma simples obra de saneamento básico e pavimentação de ruas, afastando-se das articulações com os mecanismos culturais e com uma visão holística do meio-ambiente.

2. ABSTRACT

From an experience of urban restructuring in the ambit of the Favela-Bairro, this article comments the process of establishment of the project, that finished in the abandonment of its initial premises and in the change of the concept that based the character of the own program.

Included in the first phase of the program Favela-Bairro, the slum Mata Machado received a project based in the study of the informal production of this space and in the re-establishment of the ecological health of the place, preserving the community's cultural and social features.

The article exposes the problems happened during the phase of execution of the project when the difficult relationship among the state and municipal governments' sections resulted in hindrances to the execution of the work. Finally, it is shown how the old project of urban, environmental and cultural recovery elaborated to Mata Machado was reduced to a simple work of basic sanitation and pavement of streets, standing back of the articulations with the cultural mechanisms and with a holistic vision of the environment.

3. INTRODUÇÃO

Durante os últimos 50 anos, verificou-se uma série de tentativas para solucionar o aumento do déficit habitacional brasileiro, desde as grandes remoções de favela para conjuntos habitacionais até as soluções consideradas “alternativas”, passando pela autoconstrução. Dentro desse universo, surgiu também a proposta de transformação de favelas em bairros “oficiais”, através do tratamento urbano e de medidas que possam trazê-las para o contexto formal da cidade, melhorando as suas condições de ser habitada.

Com essa proposta de urbanização de favelas, o programa Favela-Bairro, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, está contemplando mais de 100 comunidades. Uma delas, a de Mata Machado, terá aqui analisados o seu projeto urbanístico e respectiva execução, e os vários problemas advindos da metodologia do programa e da situação política na cidade durante o seu desenvolvimento, que ainda está em curso. A análise se baseia na experiência vivida pelas autoras do artigo como integrantes da equipe de arquitetos que desenvolveu o projeto e acompanhou a execução das obras na favela.

No desenrolar da intervenção em Mata Machado pôde ser constatado que o programa teve seus objetivos originais deturpados. O projeto que pretendia integrar física, sócio e culturalmente, além de recuperar ambientalmente a favela de Mata Machado, se transformou, ao longo da execução das obras, num simples programa de pavimentação e saneamento, e mesmo assim com deficiências técnicas.

O objetivo do trabalho não é generalizar os problemas ocorridos como se estes existissem em todas as comunidades do Favela-Bairro, mas fazer um estudo de caso específico dentro do âmbito do Programa, o que poderá contribuir para novas edições de projetos públicos de urbanização de assentamentos de baixa renda.

4. INOVAÇÕES CONCEITUAIS DO FAVELA-BAIRRO NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

Através das décadas deste século, a política habitacional brasileira assumiu, muitas vezes, uma postura “paternalista” para com as populações de baixa renda diretamente afetadas. Desde as primeiras décadas, quando praticamente nenhuma iniciativa era tomada em relação à previsível crise de moradias, o poder sempre esteve distante de soluções condizentes com a realidade daquelas populações.

Em meados da década de 30, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões, que forneciam habitações para a classe de trabalhadores que pertencessem a alguma categoria específica de associação profissional. No final dos anos 40, foi criada a FCP, com o objetivo de “*proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de*

residência no país ou com filhos brasileiros, a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural” (FINEP/GAP, 1983:64).

Após essas duas iniciativas, houve ainda a Fundação Leão XIII e algumas outras que trataram o problema de moradia nas favelas de forma menos radical e paternalista, mas que não progrediram, provavelmente em virtude de maiores interesses envolvidos, como a especulação imobiliária e a necessidade do governo se legitimar, abrindo amplamente a oferta de empregos no ramo da construção civil.

Assim, em 1962, foi criada a COHAB, primeiro grande órgão criado com o objetivo específico de remanejar populações faveladas e transferi-las para a periferia, em apartamentos pequenos e de baixo padrão construtivo, financiados a longo prazo. Na realidade, os objetivos originais da COHAB não falavam somente das remoções, posto que dentre eles havia a “...urbanização parcial de algumas favelas e a urbanização total de uma grande favela...” (LANGSTEN, 1973:06). Apesar de suas premissas originais, a COHAB, em conjunto com a CHISAM, até o ano de extinção deste órgão, 1973, transferiu cerca de 175.785 pessoas para a periferia (PERLMAN, 1977).

Desta forma, excetuando-se algumas outras atividades como a CODESCO, a maioria das medidas tomadas pelo poder público no campo da política habitacional tinham como premissa básica o remanejamento da população e destruição de seus barracos. Assim, havia um temor generalizado entre as populações faveladas: o medo da remoção. Esse medo abriu portas para aqueles políticos que viam nas favelas uma grande fonte de votos. Em troca de diversos favorecimentos, desde uma bica d’água para a comunidade, até a promessa de que “não seriam removidos”, vários candidatos se elegeram, mesmo durante os anos da ditadura militar quando não haviam eleições diretas para os cargos de Governadores de estado nem Prefeitos das capitais. De qualquer maneira, a presença de favelas no espaço metropolitano do Rio de Janeiro sempre foi muito útil aos interesses da oligarquia.

A possibilidade de se pensar as moradias urbanas de forma contrária à remoção de favelas, defendida desde o final dos anos 60 por um grupo de intelectuais voltados para a questão da habitação¹, só passou a ser efetivamente considerada pelo poder público com o advento da grave crise do petróleo vivida em escala mundial no final da década de 70. Essa crise econômica reduziu consideravelmente o capital em circulação, principalmente aquele utilizado para “obras faraônicas”, como a construção de grandes conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades, acrescido de toda a parte de infra-estrutura que deveria ser levada até lá.

No entanto, somente na abertura política, em 1979, é que houve alguma modificação mais significativa no perfil dos programas habitacionais, com o PROMORAR. De lá para cá, as premissas das diversas facetas da política habitacional apresentaram muito menos a tendência de remoção para a periferia e mais a urbanização e/ou permanência no mesmo local. E, como não poderia deixar de ser previsível, as favelas voltaram a ser alvo de favores políticos, principalmente em épocas de eleições.

Nos anos 90, como resultado de alguns dos fatores acima expostos, consolidou-se a tendência de mudanças na mentalidade de concepção de programas habitacionais representando o abandono de projetos de grandes conjuntos de moradias e passando a privilegiar as soluções locais.

É nesse sentido que a atual política habitacional do Rio de Janeiro tem como carro-chefe de seus programas o FAVELA-BAIRRO. Trata-se de um programa criado em 1994 pela

¹ Entre muitos outros desses intelectuais podem ser citados Carlos Nelson dos Santos, Lícia Valladares e Janice Perlman.

Prefeitura, no qual algumas favelas já consolidadas foram escolhidas experimentalmente não apenas para serem urbanizadas mas principalmente para serem integradas (culturalmente, socialmente e fisicamente) ao restante da cidade.

Inovadoramente, o programa foi iniciado através de um concurso público para arquitetos e urbanistas com a finalidade de fazer com que as favelas deixassem de ser focos segregados e fossem trazidas para o contexto da cidade (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1994). O concurso selecionou propostas metodológicas de intervenção apresentadas por escritórios de arquitetura particulares, desvinculados dos setores técnicos do poder público. Com isso, promoveu-se um “*aprofundamento da reflexão sobre o fenômeno urbano carioca*” (MAGALHÃES in DUARTE, SILVA e BRASILEIRO, 1996:09) na questão da moradia, um objetivo que ia além das simples propostas de intervenção para esta ou aquela favela.

As favelas selecionadas para a primeira fase do programa eram todas de porte médio e todas já consolidadas, com um histórico de ocupação conhecido. Neste sentido, o governo admitia reconhecer não apenas a existência da favela mas também o esforço efetuado pela comunidade para sua inserção no meio urbano. Considerando o assentamento como parte da cidade, o poder público se via também responsável pelo fornecimento de melhores condições de vida a seus habitantes.

As equipes de arquitetos e urbanistas precisaram então refletir sobre toda a complexidade que envolve os mecanismos espaciais e socio-culturais de uma favela e elaborar projetos de acordo com essa realidade. Os trabalhos deveriam contemplar não apenas os projetos de infra-estrutura básica (água, esgoto e drenagem), arruamento e iluminação pública mas também a criação de espaços de integração e troca, setores de comércio e de escolas, praças, acessos e vias para transportes coletivos entrarem efetivamente dentro das comunidades, espaços culturais etc. As licitações das obras ficariam a cargo da Prefeitura.

Em novembro de 1995 foi assinado pela Prefeitura do Rio de Janeiro o decreto de criação do PROAP-RIO², em cujo âmbito continuaria a ser desenvolvido o programa Favela-Bairro, só que a partir de então teria 2/3 de seu orçamento financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Com a criação do PROAP, outras favelas além das 15 iniciais foram contempladas com o programa, que hoje em dia atinge 105³ favelas na cidade e está na sua quarta fase de implantação, prestes a entrar na segunda etapa do financiamento, o PROAP 2.

Neste trabalho será mostrado o caso da favela Mata Machado, integrante das 15 iniciais escolhidas para serem contempladas. Esta é uma favela que ilustra bem as diferenças entre a fase de projeto e a fase de execução, conforme será visto mais adiante.⁴ Serão mostrados alguns pontos do projeto e etapas problemáticas na fase de obra.

5. O PROJETO DE MATA MACHADO

A favela de Mata Machado, situada no bairro do Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro, tem sua ocupação datada dos anos 40, e possui hoje cerca de três mil habitantes. A favela recebeu um projeto urbanístico elaborado segundo algumas premissas básicas. Tais

² Programa de Urbanização de Assentamentos Populares.

³ Dado de julho de 1999, divulgado por propaganda televisiva da PMRJ.

⁴ As autoras deste trabalho participaram do Programa Favela-Bairro na favela de Mata Machado, tanto em sua fase de projeto quanto na fase de execução.

premissas se fundamentaram não apenas em um detalhado estudo da produção informal deste espaço, como também nos mecanismos sócio-culturais de sua população. Buscou-se elaborar uma metodologia de projeto urbano capaz de restabelecer a saúde ecológica do local, preservando suas especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais.

Mata Machado tem ainda uma especificidade em relação à sua localização: ela se encontra na Floresta da Tijuca, uma região de mata atlântica, e Área de Preservação Ambiental – APA. A parte mais alta de seu sítio físico se caracteriza por uma encosta íngreme. Dentro da favela, dois rios se cruzam, passando por toda comunidade. São eles o Cachoeira e o Gávea Pequena, ambos com nascentes no maciço da Tijuca.

Além da infra-estrutura, que foi projetada para toda a favela, alguns pontos de intervenção mereceram especial atenção dos projetistas, como o tratamento dos rios e a recuperação de um talvegue como canalizador natural das águas.

Um exemplo desses pontos acima mencionados refere-se ao tratamento dos rios. Ao longo do percurso em que estes faceiam a favela, passam a ter a qualidade de suas águas bastante prejudicada, já que o esgoto dessa e de outras comunidades é jogado neles *in natura*. Além disso, são vazadouro de lixo doméstico para os barracos cujos fundos se situam às suas margens. Para tentar amenizar o problema, foram projetados dois passeios à beira-rio, em dois pontos diferentes da favela. O objetivo era tornar públicos os seus espaços adjacentes, de forma a valorizar a natureza, incorporando-a visualmente aos setores públicos mais freqüentados da comunidade. Por essa valorização, os rios não mais seriam considerados como “fundos”, ou um canto escondido, e passariam a ser considerados “frente”. Assim, buscou-se mudar a mentalidade da população na área ambiental através do projeto urbanístico.

Outro pequeno exemplo das intenções projetuais pode ser ilustrado com a área do talvegue, situado à montante dos dois rios, encravado na encosta íngreme, que hoje em dia se encontra ocupado por casas e lixo. Como consequência dessa ocupação predatória, está havendo desmatamento, e ao invés do talvegue contribuir para os rios com água naturalmente canalizada do maciço, contribui com mais lixo. Para esse local foi projetado um pomar, com o objetivo de recuperá-lo ambientalmente. As 12 casas que nele se encontravam seriam destruídas e seus moradores remanejados para uma área adjacente, a menos de 60 metros do local.

Cabe lembrar que esses exemplos refletem apenas algumas das preocupações do projeto, que para ser compreendido deverá ser avaliado na sua totalidade.

É importante frisar também que em todas as etapas do projeto a comunidade foi consultada, só aceitando a prefeitura o projeto do escritório após a discussão e o aceite dos moradores. Essa era uma maneira de garantir a legitimidade do projeto, e que ele não estaria alterando as especificidades culturais, sociais, econômicas e ecológicas do local.

6. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA: AS DIFICULDADES NAS OBRAS DE EXECUÇÃO E NA CONTINUIDADE DO PROJETO

A conclusão do projeto de urbanização e o início das obras na comunidade de Mata Machado marcaram o início de uma nova fase de trabalho na qual, como dissemos, diversos contratemplos e dificuldades acabaram por resultar no desvirtuamento do escopo inicial efetuado pela equipe de arquitetos. Contudo, há que se ressaltar que, por se tratar de um programa inédito, é possível que os primeiros imprevistos tenham sido

resultantes da então fraca experiência tanto das equipes de arquitetos quanto da própria SMH (Secretaria Municipal de Habitação) em gerenciar serviços de escritórios particulares. De qualquer forma, ao longo de todo o processo de execução das obras, os obstáculos e os problemas se acumularam dificultando todo o processo e modificando muitos dos objetivos do projeto.

A primeira fase de obras em Mata Machado foi iniciada em abril de 1996, se estendendo até o início do ano seguinte. A falta de sondagem preliminar no terreno não permitiu a previsão de que grande parte das áreas a serem trabalhadas situavam-se sobre um enorme bloco de granito, o que ocasionou um grande custo adicional com desmonte de rocha para colocação de parte da infra-estrutura. Somando-se a isto, a falta de um orçamento mais detalhado fez com que a verba destinada à execução do projeto tivesse sido totalmente gasta antes da conclusão da metade do projeto, permanecendo o restante sem qualquer modificação até 1999, quando então foram retomadas as obras.

Desde a fase de projeto, foram observadas dificuldades que se intensificaram no decorrer da etapa de execução das obras no que diz respeito às interfaces da prefeitura com os diversos órgãos públicos envolvidos no processo de urbanização, tais como CEDAE, LIGHT, RIO LUZ, CET-RIO, GEO-RIO⁵ etc. O bom andamento das obras foi muitas vezes prejudicado pela falta de articulação, por parte da prefeitura, dos contatos que eram necessários entre esses diversos órgãos e os arquitetos responsáveis pelos projetos, o que criava “nós” difíceis de serem desfeitos depois de estabelecidos. Como exemplo disso pode ser citado o projeto de esgoto a ser feito numa região em que a própria CEDAE não previa estação de tratamento nem rede coletora em período anterior a sete ou oito anos.

Na fase da execução propriamente dita, os problemas com a CEDAE continuaram, gerando-se uma indefinição quanto a procedimentos, o que de certa forma perdura até hoje. Na realidade, a CEDAE demorou quatro anos para comunicar oficialmente que não há condições de levar mais um ramal de abastecimento de água para essa favela, que hoje em dia recebe água tratada apenas para o abastecimento de uma escola municipal e de um posto policial, sendo o restante do consumo de água das habitações retirado das nascentes situadas na floresta ou ainda “sangrado” da rede oficial, diminuindo a vazão do destino “oficial”. Como será visto mais adiante, o projeto executivo do abastecimento d’água foi elaborado, contudo, sem previsão de que as tubulações projetadas recebessem água em seu interior. Também foi comunicado que não havia condições e nem previsão de um ramal coletor de esgoto na área. Além disso, houve problemas também com a LIGHT e com a RIO LUZ, no que tangia à retirada de determinados postes durante a obra. Os pedidos sempre eram atendidos com atraso, chegando mesmo um poste a permanecer cerca de seis meses dentro de uma baia de ônibus recém-construída, por exemplo.

Como dito anteriormente, o FAVELA-BAIRRO está em sua 4ª fase, e ao longo desse processo, o Governo Municipal passou a ajustar suas exigências às crescentes imposições do BID, o que fez com que as favelas concernidas pela primeira fase do programa que ainda não haviam concluído suas obras ficassem submetidas a diferentes escopos referentes à 3ª e 4ª fases do programa. Esse foi o caso de Mata Machado, que enquanto uma das favelas concernidas pela primeira fase do programa, atendia a um escopo em que a Prefeitura solicitava apenas projeto básico com assistência técnica em

⁵ CEDAE: Companhia **Estadual** de Água e Esgoto (concessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos); Ligth: companhia de eletricidade domiciliar (privatizada); Rio-Luz: Companhia Municipal de Energia e Iluminação; CET-Rio: Companhia de Engenharia de Tráfego; GEO-RIO (Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro).

obra por parte dos arquitetos. Ao ter suas obras paralisadas, o projeto de Mata Machado teve que esperar algum tempo para ser retomado, quando foi então solicitado pela SMH que o projeto da área restante fosse refeito, dessa vez num nível maior de detalhamento. O que ocorreu foi que, entre a elaboração do contrato e a sua assinatura, passaram-se onze meses e, nesse meio tempo, o escopo que foi então cobrado dos arquitetos não mais condizia com aquele acordado anteriormente, mas sim com a nova fase do programa.

O projeto também passou a contar com uma “gerenciadora”, empresa terceirizada pela Prefeitura para cuidar do bom andamento dos trabalhos, além de “desfazer” os nós e efetuar a fiscalização. Coube a ela intermediar os problemas, que foram vários, debatidos exaustivamente em reuniões semanais para se chegar a um acordo de quais produtos seriam entregues pelo escritório para a suficiente caracterização do projeto. Além disso, a entrada da gerenciadora teve um grande mérito, que foi justamente solucionar as interfaces entre os diversos órgãos públicos envolvidos no programa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia, o projeto de Mata Machado, referente à segunda etapa de obras, já foi finalizado. Os dois pontos destacados acima, que tratavam da recuperação ambiental, foram descartados. A alegação, por parte da prefeitura, é a reduzida verba e o montante já gasto por habitante na favela. Ou seja, o antigo projeto de recuperação urbana, ambiental e cultural elaborado para a favela Mata Machado se transformou num simples programa de saneamento básico e pavimentação de ruas, afastando-se das articulações propostas tanto com os sistemas da natureza quanto com os mecanismos culturais e abrindo mão de uma visão holística do meio-ambiente. Agravando ainda mais esta situação, até o projeto de saneamento básico está atualmente comprometido, visto que:

- 1) Como dito anteriormente, a CEDAE não tem previsão para a instalação de mais um ramal de abastecimento daquela região; dessa forma, na segunda fase, o projeto executivo de abastecimento d'água foi completamente elaborado, incluindo-se reservatórios inferior e superior, porém com uma observação de grande significado: o ponto de ligação da rede pública não pôde ser definido, tendo em vista que a concessionária não fará o seu abastecimento.
- 2) A mesma concessionária também se pronunciou negativamente quanto à instalação de uma rede coletora. Assim, apesar de haver se pensado em algumas soluções técnicas para a construção de uma estação de tratamento, seu projeto executivo não chegou a ser elaborado, tendo em vista a alegação, por parte da prefeitura, que não haveria verba para a execução de tal obra. Portanto, em Mata Machado, mesmo após a intervenção do Favela-Bairro, o esgoto continuará sendo lançado *in natura* nos rios que cortam a favela.

A natureza técnica destes fatos deve-se à região onde se encontra a favela, que é dentro de uma floresta urbana em área de encosta, com dificuldades de acesso pelas redes de infra-estrutura. Quanto à verba, em Mata Machado, esta questão ficou seriamente comprometida tendo em vista que, na primeira etapa das obras, por falta de sondagem prévia, gastou-se muito com desmonte de rocha – como dito anteriormente. Esse fato fez com que, somados os custos da segunda etapa de obras, o montante gasto por habitante ultrapassasse o limite estabelecido pelo BID, que é de US\$ 4.000,00 no máximo. Além disso, cabe lembrar também que a questão da verba está relacionada da mesma forma ao tempo que é gasto entre anúncio da favela contemplada, projeto e

execução. No caso de Mata Machado, pode-se dizer que ela sofreu um aumento da densidade populacional da ordem de 10%. Porém, nas favelas do entorno, o crescimento foi bem maior, surgindo até novas favelas. Dessa forma, permanece uma questão no ar: como se deve proceder em projetos de urbanização de favelas sem gerar expectativas que criam e atraem mais favelas para serem urbanizadas?

Durante o tempo de existência do Programa FAVELA-BAIRRO já ocorreram duas eleições no Rio de Janeiro. A primeira, para prefeito, foi ganha pelo candidato do prefeito que criou o Programa que o ajudou a eleger. A segunda, dois anos mais tarde, para governador, tinha como candidato o próprio antigo prefeito do Rio de Janeiro, mas dessa vez, o FAVELA-BAIRRO não foi suficiente para elegê-lo. Nem o grande número de favelas cariocas (79) que já haviam sido contempladas até então, nem o anúncio de que o programa se estenderia por todo o estado, foram suficientes para tornar possível a vitória do candidato na eleição para Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo desses cinco anos de programa, pode-se até levantar a dúvida se o Favela-Bairro trouxe de volta a velha política da “bica d’água”, com a não concretização de seus objetivos iniciais e a expansão do número de favelas contempladas em épocas de eleições.

Não é possível afirmar quanto tempo mais o Favela-Bairro terá de existência. O mandato do atual prefeito, um de seus criadores, terminará no ano 2000, e o governador recentemente eleito, apesar de nunca ter afirmado que o extingiria, é de outro partido, com uma ideologia política diferente. Nos perguntamos se o Favela-Bairro já deixou de ser um programa inovador para se tornar apenas “mais um” de saneamento básico e pavimentação de ruas e se, dentro de algum tempo será substituído por outro semelhante. Entendemos que, mais uma vez, as decisões da política habitacional são exclusivamente dependentes dos rumos políticos do país.

8. BIBLIOGRAFIA

1. ATAS DAS REUNIÕES entre a SMH, a gerenciadora Logos-Planave e a RAF Arquitetura e Planejamento, ocorridas nos anos de 1997 e 1998.
2. DUARTE, COSTA, SILVA & SOARES. *Memorial de Projeto: Favela Mata Machado*. Texto datilogr. Constante do Projeto da RAF- A&P, entregue à SMH/Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
3. DUARTE, SILVA & BRASILEIRO (orgs.) *Favela, Um Bairro*, São Paulo: Pro-Editores, 1996.
4. FINEP/GAP *Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental*. Rio de Janeiro: Projeto, 1985.
5. LANGSTEN, Ray. *Remoção: Um Estudo de Relocação de Favelados no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973.
6. PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade: Favelas e Políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
7. PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, *Edital para o concurso Favela Bairro*, Rio de Janeiro, 1994.